



RELATÓRIO DE GESTÃO

OSB - PALMAS

PALMAS - TO
OUTUBRO A DEZEMBRO/2019

© 2020. OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL - PALMAS/TO

Qualquer parte deste documento poderá ser reproduzida, desde que citada à fonte. Este documento foi elaborado por uma equipe, cujos nomes encontram-se relacionados na folha de créditos.

103 Sul, Avenida LO-01, Lote nº 47,
Edifício Oral Previ, 2º andar, Sala 8 Plano Diretor Sul,
77015-028 – Palmas – TO
Site/e-mail: palmas-to@osbrasil.org.br
observatoriosocialpalmas@gmail.com
Telefone: (063) 99207-9423

Diretoria do Observatório Social de Palmas – 2019/2021

Claudia Regina de Sousa e Silva

Presidente do OSB - Palmas/TO

Aurivan de Castro

Diretor para Assuntos Administrativos/Financeiros

Maria do Socorro Erculano de Lima

Diretora para Assuntos Produtos e Metodologia

Leonel Vaz

Diretor para Assuntos de Controle Social

Andréia Gomes Feitosa

Diretora para Assuntos Institucionais e de Alianças

Conselho Fiscal

Joseane Araújo Franco

Conselheira Fiscal Titular

Leiva do Nascimento Costa

Conselheiro Fiscal Titular

Maria José Andrade Leão de Oliveira

Conselheira Fiscal Titular

Criação/Formato:

Aurivan de Castro

1. APRESENTAÇÃO

O Observatório Social de Palmas no período participou de eventos, dos quais teve a oportunidade de ministrar palestras sobre a atuação do Observatório Social de Palmas e sobre Compliance na Gestão Pública, como foi o caso, da II Semana Acadêmica realizada pelo Instituto Federal do Tocantins. Esses momentos são de suma importância para fortalecer a imagem institucional, bem como, levar ao conhecimento público as ações realizadas pelo OSPalmas na prevenção e combate a corrupção, e nas de cunho educacional.

Além disso, atuamos na capacitação de nossos membros, sempre agregando novos e importantes conhecimentos, para promover a melhoria da atuação institucional.

Destaca-se ainda que, foi protocolado junto ao Ministério Público o Relatório de Aspectos da Execução Orçamentária de Palmas no período de 2014 a 2018. Vale destacar que o mesmo Relatório foi encaminhado via ofício para a Prefeitura Municipal de Palmas, a fim de conhecimento e tratamento das questões inerentes ao documento. O OSPalmas preza sempre pela promoção da melhoria da gestão pública e pelos resultados advindos para a sociedade.

2. AÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

2.1.1. Participação na II Semana Acadêmica de Gestão Pública do IFTO

O Campus Palmas, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), realizou entre os dias 11 e 13 de setembro a II Semana Acadêmica de Gestão Pública (SAGEP).

O evento tem como tema “Compliance na Gestão Pública” e na programação trouxe palestras com diversos assuntos ligados à área da Gestão Pública. Compliance é uma palavra da língua inglesa cuja tradução é conformidade. Quando o termo é relacionado ao mundo corporativo, ele diz respeito à conformidade de uma empresa com as leis e normas.

Dessa forma, foi realizada Palestra de Compliance na Gestão Pública, tendo como palestrante a Presidente do OSPalmas, Claudia Regina.



PROGRAMAÇÃO
11/09 - QUARTA-FEIRA

19h15: Apresentação musical - Banda Los Chapeleiros

19h30: Compliance na Gestão Pública
Palestrante: Me. Cláudia Regina
Presidente do Observatório Social de Palmas

20h20 : Orçamento do IFTO e o Programa Future-se
Palestrante: Prof. Dr. Antônio da Luz
Reitor do IFTO

II SEMANA ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
11 a 13/09/2019 - Campus Palmas





2.2. Participação na Semana Acadêmica Integrada da UFT

Claro BR 13:55 41%

< Eder Lucinda



Eder Lucinda está com Ospalmas Osb e Claudia Regina de Sousa. ...

2 de novembro · 2

--- Semana Acadêmica Integrada da UFT ---
Realizamos mais uma oficina do projeto de extensão universitária "Educação e Cidadania: Controle Social na Aplicação de Recursos Públicos". Com a participação do Observatório Social de Palmas, trabalhamos, entre outros tópicos, gestão fiscal, dispositivos legais e instrumentos para o efetivo exercício do controle social dos gastos públicos. Os vencedores do game educativo foram premiados com camiseta e canecas do Observatório! Todos os eventos são gratuitos! Para saber mais, demandar oficinas ou participar de ações de controle social, clique no link: <https://goo.gl/forms/56idcyyq5wqDM1VP2> (Cadastro online permanente).



3. DIRETORIA DE PRODUTOS E METODOLOGIA (CURSOS, PALESTRAS E EVENTOS)

3.1. Participação em Cursos/Workshops

O OSPalmas mantém em seu Planejamento Estratégico um objetivo voltado para Desenvolver e Gerir Competências, buscando assim, incentivar a capacitação continua de seus membros, para que possam agregar novos conhecimentos, que possibilita melhorar sua atuação, à análise dos processos e de relacionamento com os públicos internos e externos. *No período de Setembro/2019 a Janeiro/2020 tivemos as seguintes participações em eventos:*





Verifique o código de autenticação 155365.0023630.054407.0.060307024372011087 em <http://www.event3.com.br/Documentos>



CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado **AGRICULTURA URBANA: USO DE AGROTÓXICOS EM HORTAS DA REGIÃO CENTRAL DE PALMAS, TOCANTINS** de autoria de Alessandra Polastrini, Cláudia Regina de Sousa e Silva e João Aparecido Bazzoli, foi apresentado no evento **IV Jornada Jornada Interdisciplinar do PPGCom/UFT - Tendências em Comunicação: a construção social nas narrativas contemporâneas**, realizado em 30/10/2019 a 31/10/2019, na cidade de Palmas, contabilizando carga horária total de 20 horas.

Palmas, 31 de outubro de 2019.


Prof. Dra. Lilian Drey Chacri
Coordenadora do Curso


Prof. Msc. Edson de Aguiar Bezerra
Coordenador do Curso



Prof. Dr. Edson Arnaldo Costa Saldes
Coordenador do Curso

#pelo:



CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **CLAUDIA REGINA DE SOUSA E SILVA**, nascido(a) em 11 de junho de 1985, CPF 005.689.361-24, concluiu o curso **Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais (Turma NOV/2019)**, disponível no período de 21/11/2019 a 21/12/2019, com carga-horária de 10 horas.


Diego G. R. Costa
Presidente
Escola Nacional de Administração Pública - Enap



HISTÓRICO DO PARTICIPANTE

Nome: CLAUDIA REGINA DE SOUSA E SILVA	CPF: 006.689.361-24	Data de Nascimento: 11/06/1986	País de Nascimento: Brasil
Cursa: Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais	Período: 21/11/2019 a 21/12/2019	Carga Horária: 10 horas	Nota Final: 86,67

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução e Conceitos
2. Chave Abrangência e Aplicabilidade
3. Fundamentos Legais e Princípios Norteadores
4. Direitos do Titular
5. Agentes no Tratamento de Dados
6. Hipótese de Tratamento e Exceções
7. Transferência Internacional
8. Segurança de Dados e Notificação
9. Responsabilidade e Possíveis sanções
10. Atribuições e Composição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados



Certificado registrado na Escola Virtual Gov - EV.G sob o código **JF581243502F278**, em 18/12/2019 às 21:12 horas.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço <https://www.escolavirtual.gov.br/>.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.



DECLARAÇÃO

FGV ONLINE

O FGV Online, Programa de Educação a Distância da Fundação Getúlio Vargas, confere a

CLAUDIA REGINA DE SOUSA E SILVA

declaração de participação no curso autoinstrucional

NORMAS ANTICORRUPÇÃO, ANTISSUBORNO E COMPLIANCE PÚBLICO

Nível de Atualização, com **5 horas**.

Rio de Janeiro, segunda-feira, 23 de dezembro de 2019.

FGV Online



sin: 888150119020.GCWC0PEAD_00-1

4. PROTOCOLO DE OFICIO NO MINISTÉRIO PÚBLICO REFERENTE AO RELATÓRIO DE ASPECTOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PALMAS DO PERÍODO DE 2014 - 2018

12/02/2020

<https://mpto.mp.br/idadeo/render-publico-document?partidoweb=1622048&print=true>



Procedimento Eletrônico Extrajudicial
Ministério Público do Estado do Tocantins

Protocolo :
07010293892201921

Protocolo de Notícia de Fato
Data :
07/08/2019 14:02

Interessado :
CLAUDIA REGINA DE SOUSA E SILVA

Notícia de Fato :

Anexos

[Anexo I - OFN° 041-2019.pdf](#)

URL: http://oabenas.mpto.mp.br/idadeo/FileDownloadControl?ref_file/a7a494a3778f86991017880ca61435
MD5: a7a494a3778f86991017880ca61435

PALMAS, 09 de agosto de 2019

Documento assinado por meio eletrônico
ZENAIDE AIRES DOS SANTOS
CARTÓRIO DE REGISTRO, DISTRIBUIÇÃO E DILIGÊNCIA DE FORTALEZA



Assinado por: ZENAIDE AIRES DOS SANTOS como (zenaidesantos)
Nº data: 09/08/2019 11:42:07
SHA-224: a3753e66df1225e030d24b62e336473ba226495ad952931450480a
URL: <http://mpto.mp.br/idadeo/render-publico-document?partidoweb=1622048&print=true>
http://oabenas.mpto.mp.br/idadeo/FileDownloadControl?ref_file/a7a494a3778f86991017880ca61435

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autorizado no Sistema Afirmas conforme o Ato 030/2016 da PGI.

<https://mpto.mp.br/idadeo/render-publico-document?partidoweb=1622048&print=true>

1/26



12/02/2020

<https://mpto.mp.br/cidadao/render-public-document?partilawsuit=162204&print=true>

Remetente OBSERVATORIO SOCIAL DO BRASIL - IRACEMA ALVES DE BRITO	Recebido por ELENILSON PEREIRA CORREIA	Enviado em 07/08/2019 14:19
Destinatário • DIRETORIA DE EXPEDIENTE		Recebido em 07/08/2019 15:08

**Enviado apenas por meio eletrônico*

Assinado por: IRACEMA ALVES DE BRITO como (iracemabrito)
Na data: 07/08/2019 às 14:19:59
SHA-1: 7667b9a393e94709ff2e938aade952f07654874
URL: [https://mpto.mp.br/portal/servicos/chequear-
assinatura/7667b9a393e94709ff2e938aade952f07654874](https://mpto.mp.br/portal/servicos/chequear-assinatura/7667b9a393e94709ff2e938aade952f07654874)

Remetente EXPED - DIRETORIA DE EXPEDIENTE - HARIEL GABRIEL ANDIOLLO CEZAR	Recebido por • CARTORIO DE REGISTRO, DISTRIBUICAO E ZENAIDE AIRES DOS SANTOS DILIGENCIA DE 1ª INSTANCIA	Enviado em 09/08/2019 09:34
		Recebido em 09/08/2019 11:25

**Enviado apenas por meio eletrônico*

Parecer:

Ao Cartório de 1ª Instância para distribuição a uma das Promotorias da Capital com atribuição na defesa do patrimônio público
Palmas-TO, 08 de Agosto 2019
Cynthia Assis de Paula
Promotora de Justiça/Chefe de Gabinete

Assinado por: HARIEL GABRIEL ANDIOLLO CEZAR como (harielcezar)
Na data: 09/08/2019 às 09:34:15
SHA-1: 43812a446c2e5136834988bb3bf38242490e116d
URL: [https://mpto.mp.br/portal/servicos/chequear-
assinatura/43812a446c2e5136834988bb3bf38242490e116d](https://mpto.mp.br/portal/servicos/chequear-assinatura/43812a446c2e5136834988bb3bf38242490e116d)



12/02/2020

<https://mpto.mp.br/cidadao/ender-public-document?partlawsuit=162204&print=true>

OF.Nº 041-2019.pdf

https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/a7ad9dab377dfd69f91017880ca61d35
MD5: a7ad9dab377dfd69f91017880ca61d35

[[Voltar ao Índice de Anexos](#)]

OFÍCIO OSB-PALMAS/TO nº 041/2019

Palmas -TO, 06 de Agosto de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor,

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS – MPE TO

NESTA

Assunto: Apresentação do Relatório Aspectos da Execução Orçamentária do Município de Palmas - TO: Análise de dados sobre despesas de exercícios anteriores entre 2014 e 2018.

Senhor Procurador-Geral de Justiça,

O Observatório Social do Brasil – Palmas/TO (OSB-Palmas/TO), realizou, no primeiro semestre de 2019, uma análise de dados sobre as despesas de exercícios anteriores do município de Palmas – TO, e por meio deste ofício apresenta o relatório "**Aspectos da Execução Orçamentária do Município de Palmas - TO: Análise de dados sobre despesas de exercícios anteriores entre 2014 e 2018**".

O objetivo do trabalho foi identificar e analisar as DEAs entre 2014 e 2018. Espera-se que a divulgação do relatório desperte o controle social na sociedade e colabore para que ocorra uma melhor aplicação de recursos públicos por parte do município.

Colocamo-nos a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e agradecemos a atenção dispensada.

Respeitosamente,



Claudia Regina de Sousa e Silva
Presidente





OFÍCIO OSB-PALMAS/TO nº 034/2019

Palmas -TO, 24 de Junho de 2019.

A Sua Senhoria a Senhora,
CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO
Prefeita da cidade de Palmas
PREFEITURA DE PALMAS, TOCANTINS
NESTA

RECEBIDO
FIDELIDADE DE JURE
Da 106/19, de 14/15
Nº 2019-049524
PALMÁS - TO
049524

Assunto: Apresentação do Relatório Aspectos da Execução Orçamentária do Município de Palmas - TO: Análise de dados sobre despesas de exercícios anteriores entre 2014 e 2018.

Senhora Prefeita, . . .

O Observatório Social do Brasil – Palmas/TO (OSB-Palmas/TO), realizou, no primeiro semestre de 2019, uma análise de dados sobre as despesas de exercícios anteriores do município de Palmas – TO, e por meio deste ofício apresenta o relatório **"Aspectos da Execução Orçamentária do Município de Palmas - TO: Análise de dados sobre despesas de exercícios anteriores entre 2014 e 2018"**.

O objetivo do trabalho foi identificar e analisar as DEAs entre 2014 e 2018. Espera-se que a divulgação do relatório desperte o controle social na sociedade e colabore para que ocorra uma melhor aplicação de recursos públicos por parte do município.

Colocamo-nos a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e agradecemos a atenção dispensada.

Respeitosamente,



Leonel dos Santos Vaz
Diretor de Defesa e Controle Social



**Aspectos da Execução Orçamentária do
Município de Palmas - TO: Análise de
dados sobre despesas de exercícios
anteriores entre 2014 e 2018**

**PALMAS - TO
JUNHO/2019**

© 2019. OBSERVATÓRIO SOCIAL do BRASIL - PALMAS/TO

Qualquer parte deste documento poderá ser reproduzida, desde que citada à fonte. Este documento foi elaborado por uma equipe, cujos nomes encontram-se relacionados na folha de créditos.

103 Sul, Avenida LO-01, Lote nº 47,
Edifício Oral Previ, 2º andar, Sala 8 Plano Diretor Sul,
77015-028 – Palmas – TO

e-mail: palmas-to@osbrasil.org.br
observatoriosocialpalmas@gmail.com

Telefone: (063) 9-9207-9423

Diretoria do Observatório Social de Palmas – 2017/2019

Claudia Regina de Sousa e Silva

Presidente do OSB - Palmas/TO

Aurivan de Castro

Vice-Presidente e Diretor Administrativo/Financeiro

Willane Queiroz Carvalho

Diretora de Produtos e Metodologia

Maria do Socorro Erculano de Lima

Diretora de Controle Social

Leonel dos Santos Vaz

Diretor Institucional e de Alianças

Conselho Fiscal

Ana Isabel Friedlander

Conselheira Fiscal Titular

Telma Reijane Pinheiro da Costa

Conselheira Fiscal Titular

André Luís Rodrigues de Sousa

Conselheiro Fiscal Titular

Criação/Formato:

OSB-Palmas/TO

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. DA LEGALIDADE DA DEA E RESTOS A PAGAR	6
3. EVOLUÇÃO DA DEA NO HORIZONTE de CINCO ANOS: 2014 - 2018	10
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18

1. APRESENTAÇÃO

O Observatório Social de Palmas - TO (OSB-Palmas/TO), por meio de seus voluntários, realizou no primeiro semestre de 2019 uma análise de aspectos relacionados à execução orçamentária da Prefeitura de Palmas, Tocantins, com ênfase nos dados sobre despesas de exercícios anteriores – DEAs e seus impactos fiscais no orçamento municipal.

A crise financeira internacional de 2008 fez com que os Governos Federais, Estaduais e Municipais adotassem práticas anticíclicas, em razão da crescente fragilidade financeira decorrente das quedas na arrecadação e transferências constitucionais. Assim, alguns entes federativos usaram procedimentos diversos para demonstrar a disciplina fiscal em seus orçamentos nos períodos de contingenciamento seguintes ao da crescente escassez de recursos, suspendendo os gastos com inscrição em restos a pagar e da adoção de práticas não convencionais que acabaram distorcendo as informações do orçamento público.

Tal prática ocorreu e ainda ocorre em diversos governos. E constatou-se que as procrastinações das despesas de exercícios anteriores têm sido muito utilizadas também pela Prefeitura de Palmas, como uma forma de tratar os desequilíbrios orçamentários.

O objetivo do trabalho foi identificar e analisar as DEAs entre 2014 e 2018, para o presente estudo foram realizadas análises quantitativas e qualitativas de informações disponibilizadas no site do Tribunal de Contas do Estado¹. Espera-se que a divulgação do presente relatório desperte o controle social na sociedade e colabore para que ocorra uma melhor aplicação de recursos públicos municipais.

As análises realizadas demonstraram que, apesar de a DEA ter característica principal de procedimento de exceção, os aumentos crescentes nos seus valores, estão tomando-se a regra na execução orçamentária da municipalidade de Palmas/TO, o que se entende como sendo irregular. Essa inversão faz parecer que as DEAs estão sendo utilizadas para lidar com um desequilíbrio orçamentário e influenciar positivamente os indicadores fiscais locais, bem como contrariar o princípio

¹ Dados e informações recolhidos no Portal do Cidadão do TCE/TO, Transparência do Estado e Municípios. Disponível em: portaldocidadao.tce.to.gov.br/estadomunicipios/index.

da transparência e fidedignidade das contas públicas municipais apresentadas à sociedade.

2. DA LEGALIDADE DA DEA E RESTOS A PAGAR

Para realizar este estudo sobre os registros da DEA no orçamento do Município, o Observatório Social, inicialmente, realizou um estudo no arcabouço legal que define o tipo de despesa em relação com as classificadas com restos a pagar.

A despesa pública é realizada em conformidade com o princípio orçamentário da anualidade, que determina sua vigência ao exercício ao qual se refere, não sendo permitida sua transferência para o exercício seguinte, conforme previsto no inciso II do artigo 35 da Lei 4.320/1964², que dispõe “[...] pertencem ao exercício financeiro [...] II - as despesas nele legalmente empenhadas”.

Como podemos observar, os normativos legais determinam que as despesas devem ser registradas no próprio exercício em que correrão, apesar de existir algumas exceções na contabilidade pública, onde este princípio não é aplicado, como pode ser observado com a inscrição de restos a pagar não processado, a teor do previsto no art. 37, caput, da Lei nº 4.320, de 1964, abaixo transcrito:

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Devemos também diferenciar os aspectos orçamentários e patrimoniais, pois o artigo 35 da Lei nº 4.320/1964 refere-se a um regime misto, sendo de competência para as despesas e de caixa para as receitas, portanto o normativo legal está se referindo ao regime orçamentário. No caso do regime patrimonial é obrigatória a obediência ao princípio da competência.

A já referida lei em seu art. 104 estabelece que a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio,

² BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*. Brasília. DF. 23 mar. 1964.

resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Aqui temos o balizador do que foi afirmado antes. Com efeito, podemos concluir, que toda despesa reconhecida deve ser registrada no Sistema Patrimonial da Entidade, com especial atenção para o fato gerador, em consonância com os Princípios da Oportunidade e da Competência, mesmo quando da inexistência da emissão de empenho e ou de cancelamento desse documento na forma da Lei.

É importante destacar que o artigo 73 do Decreto-Lei 200/1967³ relata que nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência do respectivo crédito orçamentária que a comporte ou quando imputada a dotação imprópria, vedada expressamente qualquer atribuição de fornecimento ou prestação de serviços cujo custo exceda aos limites previamente fixado em lei e, mediante representação do órgão contábil serão impugnados quaisquer atos referente a despesas que incidam na proibição do presente artigo, parágrafo único do mesmo decreto. Confira-se:

Art. 73. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência de crédito que a comporte ou quando imputada a dotação imprópria, vedada expressamente qualquer atribuição de fornecimento ou prestação de serviços cujo custo exceda aos limites previamente fixados em lei.
Parágrafo único. Mediante representação do órgão contábil serão impugnados quaisquer atos referentes a despesas que incidam na proibição do presente artigo.

O empenho é o ato emanado da autoridade competente que cria a obrigação de pagamento, liquidação, que consiste na verificação ao direito adquirido o credor e o pagamento a entrega do numerário ao credor.

De acordo com o princípio da anualidade a com os estágios da despesa, a Lei 4.320/1964, artigo 36⁴, determina que, ao final do exercício financeiro, as despesas empenhadas, mas não pagas, serão consideradas restos a pagar, separadas em processados, cujas obrigações foram cumpridas e não processados, mas ainda depende da fase de liquidação, ainda dependendo do credor cumprir sua obrigação. Ou seja, uma vez a despesa empenha pertence ao exercício financeiro que ocorreu o empenho.

³ BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm.

⁴ Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada ano, e as despesas não processadas.

De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 37, as DEAs, são as despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível a ordem cronológica.

O Artigo 37 foi regulamentado pelo artigo 22 do Decreto 93.872/1986⁵, define melhor as três situações em que as DEA ocorrem:

✓ Despesas de exercícios encerrados não processadas na época própria: aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que dentro do prazo estabelecido o credor tenha cumprido sua obrigação;

✓ Restos a pagar com prescrição interrompida: a despesa cuja inscrição em restos a pagar tenha sido cancelada, mas em relação à qual ainda vige o direito do credor;

✓ Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro: a obrigação de pagamento criada em virtude de lei; mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.⁶

⁵ BRASIL. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D93872.htm.

⁶ Art. 22. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida, e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação destinada a atender despesas de exercícios anteriores, respeitada a categoria econômica própria (Lei nº 4.320/64, art. 37).

§ 1º O reconhecimento da obrigação de pagamento, de que trata este artigo, cabe à autoridade competente para empenhar a despesa.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considera-se:

a) despesas que não se tenham processado na época própria, aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;

b) restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;

c) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

12

Na hipótese de reconhecimento de dívida ou de direito do credor a não ter sido registrado no exercício anterior em contrapartida à respectiva variação patrimonial diminutiva, a gestão contábil deverá efetuar tal registro na conta de ajuste de exercícios anteriores, seguido de notas explicativas, relatando os fatos que deram causa ao lançamento.

Com base nas etapas do planejamento (fixação) e da execução (empenho, liquidação e pagamento), conclui-se que pertencem a exercícios anteriores aquelas despesas cujos empenhos foram anteriormente emitidos e cancelados ou que deveriam ter sido emitidos à conta de exercícios já encerrados.

Por essas especificidades, apesar de contar com legislação específica que autorize sua apuração, o reconhecimento de dívida de exercícios anteriores é procedimento de exceção, pois desvirtua diretamente o planejamento orçamentário e financeiro anual do governo, tratando-se de despesa estranha à previsão orçamentária. São despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores, não havendo, no presente, recursos do respectivo orçamento (passado) para sanar tal despesa, sendo necessário utilizar os recursos orçamentários e financeiros do orçamento atual.

Sendo assim, as notas de empenhos de despesas não liquidadas devem ser anuladas no fim do exercício, caso não haja disponibilidade financeira suficiente para sua inscrição em restos a pagar, permitindo a emissão de novas notas de empenho no exercício posterior a título de despesas de exercícios anteriores. Por isso, para não comprometer os orçamentos seguintes, é importante que a motivação geradora da DEA seja excepcional, não podendo ocorrer da mesma forma todos os anos.

Todavia, pela falta de controle externo e interno, esta prática tem sido muito recorrente no Município de Palmas, demonstrando eventual falta de planejamento e de responsabilização das gestões.

3. EVOLUÇÃO DA DEA NO HORIZONTE de CINCO ANOS: 2014 - 2018

No levantamento efetuado nos exercícios de 2014 a 2018, se constatou um aumento de 1.025,18% das despesas de exercícios anteriores (DEA) do município de Palmas, essas despesas constituem compromissos que o mesmo deixou de reconhecer na execução orçamentária do próprio exercício em que foram contraídas, passando a onerar a execução orçamentária do exercício subsequentes, principalmente o exercício imediatamente subsequente.

Essas despesas deveriam ter sido registradas, quaisquer que fossem sua totalidade, na execução orçamentária do exercício imediatamente anterior, a não ocorrência do registro trouxe significativa distorção do resultado orçamentário apurado em cada período.

Tabela 01 – Resultado Orçamentário por período

Exercício	Valor
2014	6.934.750,21
2015	22.421.736,41
2016	50.102.201,72
2017	49.013.089,85
2018	71.093.813,15

Fonte: Adaptado de Site TCE TO (tce.to.gov.br).

Na tabela 01, acima, são demonstrados os resultados da execução orçamentária do Município de Palmas/TO apurados dos últimos exercícios, e é notório que estes estão severamente distorcidos, em virtude do não reconhecimento da despesa orçamentária no exercício em que deveria efetivamente ser registrada.

A finalidade da DEA, repise-se, seria apenas para situações excepcionais. No entanto, constatou-se que essas despesas vêm se tornando a regra e assim estão influenciando positivamente nos indicadores de resultados, principalmente o primário e as despesas com pessoal, não expondo assim a verdadeira realidade das contas públicas municipais.

Se comparado ao início da série, em termos percentuais da relação entre a DEA e a receita corrente líquida – RCL, o comprometimento sai de 0,90% em 2014 para 6,86% em 2018. Essa evolução é demonstrada no gráfico 01 e tabela 02 a seguir.

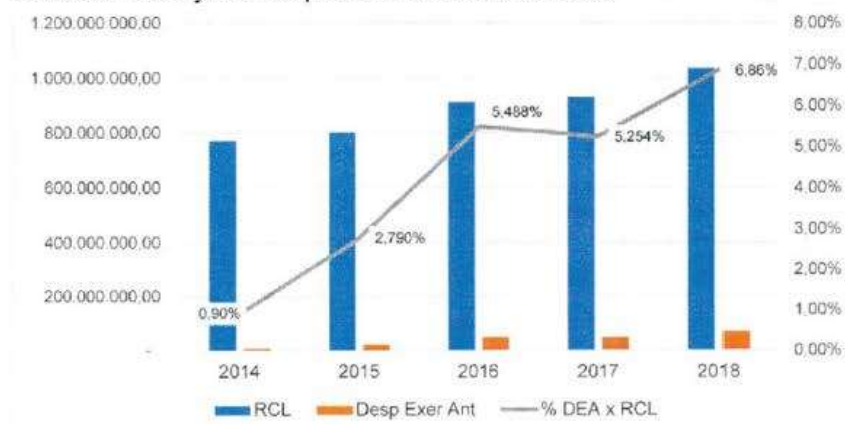
Tabela 02 - Evolução da Despesas de Exercícios Anteriores

	RCL	Despesa Exercício Anterior	% DEA x RCL
2014	774.454.445	6.934.750	0,895%
2015	803.600.597	22.421.736	2,790%
Percentual de crescimento*	3,76%	223,32%	
2016	912.929.447	50.102.202	5,488%
Percentual de crescimento*	13,60	123,45%	
2017	932.932.165	49.013.090	5,254%
Percentual de crescimento*	2,19%	-2,17%	
2018	1.036.353.864	71.093.813	6,860%
Percentual de crescimento*	11,09%	45,05%	

*Percentual de crescimento em cima do exercício anterior.
Fonte: Adaptado de Site TCE TO (tce.to.gov.br).

No gráfico 01 é possível visualizar o crescimento exponencial da DEA em relação à receita corrente líquida na maioria dos anos, com uma pequena queda em 2017 que não interfere no resultado do período.

Gráfico 01 - Evolução da Despesas de Exercícios Anteriores



Fonte: Adaptado de Site TCE TO (tce.to.gov.br).

Esse crescimento não é recorrente apenas de um ente do município, mas sim da somatória de todos eles, que apresentam naturezas (razões) diversas para utilizarem DEA. A natureza das despesas que ocorre com mais frequência é o reajuste de contrato e o reconhecimento de dívida, conforme tabela 03, a seguir, referente aos maiores pagamentos efetuados no exercício de 2018.



Tabela 3 - Maiores pagamentos efetuados no exercício de 2018

Ord.	Unidade Gestora	Valor	Histórico	Processo
1	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	2.856.457,97	Locação de Maquinas e Caminhões'	2016014917
2	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	1.939.556,10	Reajuste de Preços do Contrato 112 2012 (Valor Ambiental)'	2015017790
3	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	1.224.193,27	Pagamento da NF 51 e Parcial da Nota NF 61'	2016014917
4	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	1.200.000,00	Pagamento Parcial dos Serviços de Limpeza Urbana Referente ao Mês de Agosto Nota 859 Serie 001'	2013042945
5	Sec. Mun. da Saúde'	1.121.790,29	Liquidação Referente Consig. Fopag de dezembro de 2017'	2018003081
6	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	1.060.310,52	Pagamento Parcial dos Serviços de Limpeza Urbana Referente ao Mês de Agosto Nota 859 Serie 001'	2013042945
7	Sec. Mun. de Educação'	1.009.770,50	Empenho da Folha de Pagamento Mês Outubro de 2018 Referente a Reposição de Aulas Acordo Judicial N 0330730420178272729'	2018029473
8	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	1.000.000,00	Serviço de Limpeza Urbana (Pagamento Parcial da NF 875 Referente a setembro	2013042945
9	Casa Civil do Município'	1.000.000,00	Referente a Despesas de Exercício Anterior'	2015062793
10	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	930.168,00	Liquidação da Nota N 073 Referente a 2 Medição no Período de 03 11 2017 a 05 12 2017'	2017009502
11	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	913.284,65	Liquidação Parcial da NF 1446 Referente a 7 Medição do Período de 01 11 2017	2016057163
12	Sec. Mun. de Segurança e Mobilidade Urbana'	851.351,90	Pagamento Em Atendimento ao Parecer N 825 2018 Gab. PGM Datado 20 07 2018 e Voto do TCE nas Fls 7 150 a 7 170 Conselheiro	2014031847
14	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	716.787,03	Reajuste de Preços do Contrato 112 2012 (Valor Ambiental)'	2015017790
15	Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural'	649.532,74	Reconhecimento de Dívida Serviços de Locação de Maquinas e Caminhões'	2015053880
16	Sec. Mun. de Educação'	649.035,29	Empenho da Folha Complementar 1 do Mês de Abril de 2018 Diferença de Data Base'	2018012753
17	Sec. Mun. de Educação'	645.287,46	Empenho Folha Janeiro 2018 Complementar 1 Data Base'	2018002968
18	Sec. Mun. de Educação'	645.285,33	Empenho da Folha Complementar do Mês de Fevereiro de 2018'	2018006420
19	Sec. Mun. de Educação'	640.884,43	Empenho Folha Complementar 1 Referente a Parcela de Marco de 2018 Relativo à Diferença de Progressão'	2018009384
20	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	635.363,41	Pagamento da Nota Fiscal N 56 Referente a 18 Medição Período de 01 08 2017 a 31 10 2018'	2013019418
21	Casa Civil do Município'	619.031,54	Serviço de Publicidade Institucional'	2017014465
22	Sec. Mun. de Comunicação'	600.680,00	Serviços Gráficos'	2016066285
23	Casa Civil do Município'	590.354,86	Referente a Despesas de Exercício Anterior'	2015062793
24	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	580.523,28	Pagamento da Nota Fiscal N 56 Referente a 18 Medição no Período	2013019418

12/02/2020

<https://mpto.mp.br/cidadao/render-public-document?partlawsuit=162204&print=true>

Serviços Públicos	referente a 10 medições no período
-------------------	------------------------------------

10

			de 01/08/2017 a 31/10/2018 e da Nota Fiscal N 57	
25	Fundo Mun. da Iluminação Pública'	564.116,39	Prestação de Serviços de Gerenciamento de Frota e Administração de Abastecimento de Veículos'	2017028513
26	Sec. Mun. de Comunicação'	552.483,85	Serviços de Publicidade Institucional Tais como Criação Produção e Veiculação'	2014008682
27	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	546.041,12	Aquisição de Areia e Brita'	2017004478
28	Agência de Tecnologia da Informação do Município'	529.988,72	Gerenciamento Eletrônico de Documentos	2016048481
29	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos'	524.474,92	Pagamento Referente a 25 e 26 Medições'	2015055053
Total		25.648.105,47		

Fonte: Adaptado de Site TCE TO (tce.to.gov.br).

Ao analisar o perfil de DEAs das 12 unidades gestoras (UG) apresentadas na tabela anterior, que dispõe dos valores dos 2018, foi identificado que em apenas 03 (três) das UG, sendo a Secretaria de Infraestrutura, a Secretaria da Saúde e a Secretaria de Educação, concentram 67% em relação ao total geral, conforme pode ser verificado no ranking disposto na tabela 04.

Tabela 4 – Ranking de DEA das Unidades Gestoras

Class.	Unidade Gestora - UG	Valor total
1	Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos	20.320.626,42
2	Sec. Mun. da Saúde	14.125.648,63
3	Sec. Mun. de Educação	13.065.767,52
4	Sec. Mun. de Segurança e Mobilidade Urbana	6.090.840,31
5	Casa Civil	3.442.893,72
6	Sec. Mun. de Comunicação	1.777.518,83
7	Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural	1.527.859,89
8	Agência de Tecnologia da Informação	1.445.154,98
9	Sec. Mun. de Finanças	1.442.058,94
10	Subprefeitura da Região Sul	1.188.460,30
11	Fundo Mun. da Iluminação Pública	1.131.895,23
12	Câmara Municipal	850.280,59
Subtotal		66.408.813,36
Demais unidades gestoras		4.684.999,79
Total geral - Exercício 2018		71.093.813,15

Fonte: Adaptado de Site TCE TO (tce.to.gov.br).

No entanto, no corrente exercício (2019), apenas nos meses de janeiro a abril, o município já efetuou o pagamento no montante de R\$24.079.065,80. Na tabela 05 abaixo, de modo a exemplificar, estão dispostos, somente, os valores acima de R\$ 100.000,00.

<https://mpto.mp.br/cidadao/render-public-document?partlawsuit=162204&print=true>

18/26

Tabela 5 – Pagamentos feitos em 2019 de Despesas de Exercício Anterior

Unidade Gestora	Valor	Histórico	Nº Processo
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos	3.500.000,00	Pag. Final Da Nota Fiscal N 891 (Fls 13125) Medição 42 (Período 01 10 A 31 10 2017) pag. Total Da Nota Fiscal N 906 (Fls 14034) Medição 43 (Período 01 11 A 30 11 2017) pag. Parcial Da Nota Fiscal N 917 (fls 14938) Medição 44 (Pe'	2013042945
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	2.647.033,70	Locação de Caminhões Maquinas Pesadas Veiculos E Equipamentos Para Serviços Gerais'	2016014917
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	2.191.603,25	pag. Final Da Nota Fiscal N 875 Medição 41 (Período 01 09 A 30 09 2017) pag. Parcial Da Nota Fiscal N 891 Medição 42 (Período 01 10 A 31 10 2017)'	2013042945
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	1.808.393,86	Serviços de Limpeza E Coleta Urbana'	2015017790
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	1.134.443,01	Locação de Caminhões Maquinas Pesadas Veiculos E Equipamentos Para Serviços Gerais'	2016014917
Casa Civil	1.011.935,99	Contratação de Instituição Para Execução de Programa de Desenvolvimento Social E Institucional A Ser Implantado Nas Unidades Do Resolva Palmas Notas Fiscais Ref. Aos Meses de Fevereiro A dezembro de 2018'	2015026643
Secretaria de Desenvolvimento Rural	873.009,26	Locação de Maquinas E Caminhões'	2015053880
Casa Civil	793.905,26	Contratação de Entidades Instituições Sem Fins Lucrativos Para Elaboração E Execução de Programas de Desenvolvimento Social E Institucional'	2015062793
Câmara Municipal	661.620,60	pag. Destinado A Atender Despesas Com pag. de Vencimentos E Vantagens Dos Servidores Comissionados Ref. A Fopag de dezembro 2018'	2018000168
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	573.586,57	Prest. de Serviços de Execução de Obras'	2015023916
Secretaria de Comunicação	486.495,40	Serviço de Publicidade'	2014008682
Secretaria Da Saúde	471.102,78	Ref. A Despesa de Exercício Anterior Reconh. de Dívida N 96 2019 Fls 1748 Prest. de Serviço de Limpeza Hospitalar: Centros de Saúde Da Comunidade Meses de Janeiro (R\$ 76 666 08) fevereiro (R\$ 131 478 90) Março (R\$ 131 478 90) E abril'	2016069348
Subprefeitura Da Região Sul	411.283,33	Locação de Maquinas E Equipamentos'	2017041478
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	356.817,86	Serviços de Locações de Maquinas E Caminhões'	2015055053
Agência de Tecnologia Da Informação	351.000,00	Aquisição de Solução de Telefonia Ip Tdm Composto Por: Cpct Ip (Central Privada de Comutação Telefônica Ip) Interfaces Celular Gsm Ip Suprimento de Energia'	2018030024
Secretaria de Desenvolvimento Rural	350.003,72	Locação de Maquinas E Caminhões'	2015053880
Fundo Da Assistência Social	334.114,62	Despesa Com Reconh. de Dívida Ref. A Reajuste Ao Contrato N 050 2011 Período de 23 05 2016 A 23 05 2017'	2010007265
		11 - Para não Parcial Das Notas Fiscais N	

12/02/2020

<https://mpto.mp.br/cidadao/ender-public-document?partlawsuit=162204&print=true>

Secretaria Da Saúde	325.262,70	24 25 26 27 28 29 30 E 31 Ref. Aos Meses	2017055151
---------------------	------------	--	------------

10 ..

		de Junho Julho Agosto E setembro 2018 Conta 60287 6 Asps'	
Secretaria de Desenvolvimento Urbano E Serviços Regionais	322.896,45	Ressarcimento A Assembleia Legislativa Do Estado Do Tocantins Por Servidor Cedido	2018016914
Secretaria Da Saúde	296.970,32	Liq. Para pag. Parcial Das Notas Fiscais N 10 E 11 Ref. Aos Meses de Novembro E dezembro 2018 Conta 5991 9 Sus'	2018020667
Secretaria de Comunicação	274.473,02	Locação de Estruturas'	2017070828
Secretaria Da Saúde	261.900,57	Fornecimento de Energia Elétrica Referência: novembro E dezembro de 2018 Dab'	2016018408
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	247.500,00	Contratação de Empresa Especializada Na Prest. de Serviços de Topografia Fiscalização Das Obras Em Andamento Em Diversos Locais Em Palmas Too Ref. Aos Periodos de 01 10 2017 A 31 12 2017'	2015011735
Câmara Municipal de Palmas'	241.983,80	pag. Destinado A Atender Despesas Com pag. de Vencimentos E Vantagens Dos Servidores Estatutários Ref. A Fopag de dezembro 2018'	2018000168
Secretaria Da Saúde	229.871,15	Liq. Para pag. Parcial Das Notas N 02 E 03 Ref. aos meses de nov. e dez 2018 Conta 5991 9 Sus'	2018013822
Câmara Municipal de Palmas'	226.505,01	pag. Destinado A Atender Despesas Com INSS Empregador Ref. A Fopag de dezembro 2018'	2018000168
Secretaria de Finanças	200.000,00	Ref. Ao pag. de Premiação Do Sorteio Do Programa Nota Quente Palmense Criado Pela Lei Complementar N 352 2016 E Regulamentado Pelo Decreto N 1 339 2017 O Sorteio Ocorreu Em 15 de Dezembro de 2018 Através Do Concurso Da Loteria Federal N 53'	2017045122
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	193.758,64	Contratação de Serviço de Microtratores Para Poda de Grama'	2016036899
Câmara Municipal de Palmas'	193.295,46	pag. Destinado A Atender Despesas Com pag. de Vencimentos E Vantagens Dos Servidores Ref. A Fopag de dezembro 2018'	2018000168
Secretaria Da Saúde	189.076,40	Ref. A indenização Período de 07 04 A 17 09 2018 Conforme Parecer N 1256 2018 Pgm CAPS II (R\$ 57 203 30) E CAPS Ad III (R\$ 131 875 10)'	2017038719
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	178.820,66	Apostilamento Da Execução Dos Serviços de Drenagem Terraplenagem Pavimentação Asfáltica Sinalização Viária Calçadas E Ciclovias Das Quadras 1003 Sul E 1103 Sul'	2016057163
Secretaria Da Saúde	169.373,30	Emp. Ref. A Prest. de Serviços de Limpeza Hospitalar E Assemelhados Na Upa Sul (R\$ 75 505 00); Upa Norte (R\$ 68 424 00); Samu (R\$ 8 148 10); Amas (R\$ 8 148 10) E CAPS Ad III (R\$ 8 148 10) Mês de Dezembro 2018'	2016069348
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	165.290,00	Contratação de Empresa Especializada Na Prest. de Serviços de Locação de Laboratórios de Solos E Betumes Lama Asfáltica E Microrrevestimento E Empacotamento de 10 Sacos Para	2015011741

<https://mpto.mp.br/cidadao/ender-public-document?partlawsuit=162204&print=true>

20/26

12/02/2020

<https://mpto.mp.br/cidadao/ender-public-document?partlawsuit=162204&print=true>

	Fornecimento de 10 equipes para Fiscalização Das Obras de
--	---

		Terraplanagem Pavimentação E Drenagem Em Diversos'	
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	180.797,76	Prest. de Serviços de 03 Caminhos Toco Basculante'	2014004677
Câmara Municipal de Palmas'	159.000,00	pag. Ref. As Notas Fiscais N S 00000642 (setembro) 00001021(novembro) 00000009 (dezembro)'	2017001860
Secretaria Da Saúde	155.997,05	Fornecimento de Energia Elétrica Referencia: novembro E dezembro de 2018 Upas'	2016018408
Secretaria Da Saúde	153.348,95	Liq. Para pag. Parcial Das Notas Fiscais N 16 E 17 Ref. Aos Meses de Novembro E dezembro 2018 Conta 5991 9 Sus Mac'	2018013758
Gabinete Do Prefeito	141.777,00	Fornecimento E Instalação de Mobiliário'	2016026263
Secretaria Da Saúde	140.770,28	Liq. Para pag. Parcial Das Notas N 23 E 24 Ref. Aos Meses de Nov. E Dez 2018 Conta 5991 9 Sus'	2018018351
Secretaria Da Saúde	133.645,12	Prest. de Serviços de Link de Dados de Intranet E Internet (Vida Rede Virtual Privada) Para Atender A Rede Da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas Referencia: 19 10 A 31 12 2017 Dab'	2017036879
Secretaria Da Saúde	133.191,48	Locação de Equipamentos Reprográficos Copias Impressões Referencia: setembro A dezembro de 2017 Dgf'	2017036730
Secretaria Da Saúde	132.419,92	Liq. Para pag. Das Notas Fiscais N 200 247 286 330 377 435 518 E 519 Ref. Aos Meses de Fevereiro A setembro de 2018 Conta 60287 6 Asps'	2017065293
Secretaria Da Saúde	131.875,10	Ref. A Indenização Período de 07 04 A 17 09 2018 Conforme Parecer N 1256 2018 Pgm Upa Sul Sendo O Valor Total de R\$ 131 875 10'	2017038719
Secretaria Da Saúde	129.308,51	Liq. Para pag. Parcial Das Notas Fiscais N 11 E 12 Ref. Aos Meses de Novembro E dezembro 2018 Conta 5991 9 Sus'	2018014531
Secretaria Da Saúde	112.023,87	Liq. Para pag. Parcial Das Notas N 109 E 110 Ref. Aos Meses de Nov. E Dez 2018 Conta 5991 9 Sus'	2018013485
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	107.987,50	Reconh. de Dívida Da NF 832'	2017009945
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	103.518,50	Locação de Veículo Tipo Ônibus'	2017068001
Secretaria Da Saúde	103.500,00	Ref. A Reconh. de Dívida Locação Do Imóvel Onde Funciona O Centro de Referência Em Fisioterapia Da Região Sul Crefisul Meses de Abril Maio Junho Julho Agosto Setembro Outubro Novembro E dezembro de 2018 Com Valor Mensal de R\$ 11 500'	2014033769
Secretaria de Infraestrutura E Serviços Públicos	101.819,49	pag. de Despesa'	2014042284
Secretaria de Educação	100.629,33	Atender Emp. Da Folha de pag. Do mês de Março de 2019 Ref. A Acordo Parcelamento de Valores Progressões Aos Professores'	2019022390
Secretaria de Educação	100.629,33	Emp. Da Folha de pag. Complementar Do mês de abril de 2019 Ref. A Acordo Parcelamento de Valores Progressões	2019031234

<https://mpto.mp.br/cidadao/ender-public-document?partlawsuit=162204&print=true>

21/26

Secretaria de Educação	100.498,16	Atender Emp. Da Folha de pag. Do mês de janeiro de 2019 Ref. A Parcelamento de Valores Progressões Aos Professores'	2019005509
Total	24.079.065,80		

Fonte: Adaptado de Site TCE TO (tce.to.gov.br).

Uma das hipóteses levantadas neste estudo é que o município de Palmas permanece cumprindo com os percentuais mínimos. Registre-se, no entanto, o desequilíbrio financeiro, posto que a postergação das despesas decorre, basicamente, da insuficiência de disponibilidade financeira nas fontes de recursos, por ocasião do encerramento dos últimos exercícios.

Quanto a motivação política como artifício contábil/orçamentário, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal⁷ e a manipulação dos indicadores para demonstrar a saúde financeira.

O problema, portanto, é exógeno à lei. Aparentemente não existe incentivos concretos à implementação da transparência na execução orçamentário-financeira, o que resulta em indicadores maleáveis, que infelizmente, ainda são passíveis a simulações e deturpações.

Conforme foi evidenciado ao longo deste estudo, o registro de DEA, que deveria ser considerado excepcional, está se tornando recorrente no município de Palmas, não se sabendo exatamente a razão disso.

Essa prática, em volume crescente, como foi demonstrado, está fragilizando a base legal do orçamento, sua confiabilidade, já que pode, em tese, ser caracterizada como uma prática irregular de realizar a despesas sem autorização orçamentária, além de maquiagem a real situação das contas e comprometendo o grau de transparência do município de Palmas.

Apesar de não ser objeto deste estudo, é importante salientar que essa prática também gera efeitos patrimoniais tanto na dívida consolidada como na disponibilidade de caixa líquido, por permitir que não sejam registradas despesas que poderiam ter sido consideradas restos a pagar.

⁷ Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 5 maio 2000.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou oferecer subsídios para melhor compreensão dos gastos tidos com as DEAs no município de Palmas/TO, tratando-se de um assunto importante para um momento de escassez de recursos e a situação de grave crise econômica, o que demonstra que pode estar sendo utilizada deliberadamente como mecanismo para postergar despesas e lidar com esses desequilíbrios orçamentários, influenciando positivamente os indicadores fiscais.

Apesar de os instrumentos legais determinarem que essas despesas devam ser registradas somente em caráter excepcional, nos volumes em que estão sendo utilizadas, não parecem encontrar amparo legal e comprometem, em nosso entendimento, o grau de transparência do Município de Palmas.

O fato é que, independentemente de suas motivações, esse instrumento gera impactos relevantes nos resultados fiscais declarados, especialmente quando há incremento dessas despesas de um ano para outro, gerando indicadores mais favoráveis no ano anterior, retardando, portanto, a percepção dos agentes econômicos da real situação das contas do município de Palmas.

Neste sentido, ressalta-se que cabe, fundamentalmente, ao TCE/TO, por sua competência constitucionalmente atribuída como órgão de controle e de fiscalização das contas públicas locais, evidenciar e coibir práticas como essas, do uso indiscriminado das DEAs

No entanto, diante do constato, observa-se haver a necessidade de se rever procedimentos legais e infra legais relacionados aos instrumentos de planejamento e transparência para a cidade de Palmas/TO.

O Observatório Social de Palmas acredita que o presente estudo contribuirá para um debate do tema junto a gestão municipal, trazendo elementos que possam subsidiar às discussões dessas questões, de modo a ocasionar melhorias imprescindíveis à gestão pública e à sociedade local.



12/02/2020

<https://mpto.mp.br/cidadao/ender-public-document?partlawsuit=162204&print=true>



Handwritten mark or signature.

<https://mpto.mp.br/cidadao/ender-public-document?partlawsuit=162204&print=true>

24/26

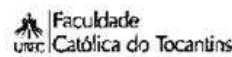
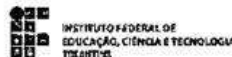


INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS



SOCIEDADE

INSTITUIÇÕES APOIADORAS





12/02/2020

<https://mpto.mp.br/cidadao/ender-public-document?partlawsuit=162204&print=true>



19

ANEXOS

ANEXO I

Relatório Movimento de Caixa Outubro/2019

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

MOVIMENTO DE CAIXA - BANCO
OUTUBRO/2019



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS
ANO 2019

MOVIMENTO DO CAIXA				PERÍODO: 01/10 à 31/10/2019	
INSTITUIÇÃO: OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS					
DOC Nº	TIPO DOC	DATA EMISSÃO	HISTÓRICO	ENTRADAS	SAÍDAS
42	DOC	07/10/2019	Repasso SENAI	R\$ 500,00	
1.349.931	GUIA	09/10/2019	Pagamento da Guia INSS		R\$ 377,64
41 - 1	RDC	30/10/2019	Aplicação RDC - Longo CDI		R\$ 50,00
TRANSPORTAR TOTAIS DO DIA				R\$ 500,00	R\$ 427,64
SALDO ANTERIOR				R\$ 25,55	
SALDO ATUAL					R\$ 97,91
(SOMAS CONFERENCIA)				R\$ 525,55	R\$ 525,55
CAIXA				VISTO	

DETALHES DO SALDO	
DINHEIRO	
CHEQUES	
BANCO	
TOTAL	R\$ -



20/01/2020

CONTA: 101.334-3 / OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO

SICOOB			
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL			
SISBR - SISTEMA DE INFORMÁTICA DO SICOOB			
20/01/2020	EXTRATO CONTA CORRENTE		09:33:28
COOP.: 3263-8 / SICOOB CREDIPAR			
CONTA: 101.334-3 / OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO			
DATA	DOCUMENTO	HISTÓRICO	VALOR
26/09/2019		SALDO ANTERIOR	25,55C
26/09/2019		SALDO BLOQUEADO ANTERIOR	0,00*
07/10/2019	000042	CRED.DOC	500,00C
		REM.: SENAI ORCAMENTARIA	
		SALDO DO DIA ***** >	525,55C
09/10/2019	1349931	DÉBITO PAGAMENTO AGENDADO GPS	377,64D
		SALDO DO DIA ***** >	147,91C
30/10/2019	41 - 1	APLICAÇÃO RDC	50,00D
		SALDO DO DIA ***** >	97,91C
RESUMO			
SALDO EM CONTA CORRENTE (+):			97,91C
SALDO EM CONTA INVESTIMENTO (+):			0,00C
LIMITE CONTA GARANTIDA (+):			0,00C
SALDO DISPONÍVEL (=):			97,91C
SALDO BLOQUEADO EM CONTA CORRENTE:			0,00*
SALDO BLOQUEADO EM CONTA INVESTIMENTO:			0,00*
VENCIMENTO CONTA GARANTIDA:			
TAXA CONTA GARANTIDA (a.m.):			4,50%
SALDO DE APLICAÇÕES EM 31/10/2019			
RDC - Longo CDI			50,00C
000 EXTRATOS EMITIDOS ATÉ 16/01/2020			
ASSOCIADO SICOOB CREDIPAR E UM ACOMPANHANTE PAGAM MEIA ENTRADA NOS CINEMAS DA REDE LUMIÈRE EM GÓIÁS E TOCANTINS. MAIS INFORMAÇÕES EM: WWW.SICOOB CREDIPAR.COM.BR			
OUVIDORIA SICOOB: 08007250996			

Relatório Movimento de Caixa Novembro/2020

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

MOVIMENTO DE CAIXA - BANCO
NOVEMBRO/2019



20/01/2020

CONTA: 101.334-3 / OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO

SICOOB
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
SISBR - SISTEMA DE INFORMÁTICA DO SICOOB

20/01/2020 EXTRATO CONTA CORRENTE 09:44:06

COOP.: 3263-8 / SICOOB CREDIPAR
CONTA: 101.334-3 / OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO

DATA	DOCUMENTO	HISTÓRICO	VALOR
30/10/2019		SALDO ANTERIOR	97,91C
30/10/2019		SALDO BLOQUEADO ANTERIOR	0,00*
04/11/2019	600029	CRED.DOC	900,00C
		REM.: SENAI ORCAMENTARIA	
		SALDO DO DIA ----- >	997,91C
28/11/2019	1427009	DÉB.TIT.COMPE EFETIVADO	305,70D
28/11/2019	1427010	DÉB.TIT.COMPE EFETIVADO	255,88D
		SALDO DO DIA ----- >	36,33C

RESUMO

SALDO EM CONTA CORRENTE (+):	36,33C
SALDO EM CONTA INVESTIMENTO (+):	0,00C
LIMITE CONTA GARANTIDA (+):	0,00C
SALDO DISPONÍVEL (=):	36,33C
SALDO BLOQUEADO EM CONTA CORRENTE:	0,00*
SALDO BLOQUEADO EM CONTA INVESTIMENTO:	0,00*
VENCIMENTO CONTA GARANTIDA:	
TAXA CONTA GARANTIDA (a.m.):	4,90%

SALDO DE APLICAÇÕES EM 29/11/2019

RDC - Longo CDI 50,15C

000 EXTRATOS EMITIDOS ATÉ 16/01/2020

ASSOCIADO SICOOB CREDIPAR E UM ACOMPANHANTE PAGAM MEIA ENTRADA NOS CINEMAS DA REDE LUMIÈRE EM GOIÁS E TOCANTINS. MAIS INFORMAÇÕES EM: WWW.SICOOBCREDIPAR.COM.BR

OUVIDORIA SICOOB: 08007250996



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS
ANO 2019

MOVIMENTO DO CAIXA				PERÍODO: 01/11 à 30/11/2019	
INSTITUIÇÃO: OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS					
DOC Nº	TIPO DOC	DATA EMISSÃO	HISTÓRICO	ENTRADAS	SAÍDAS
600029	DOC	04/11/2019	Repasse SENAI	R\$ 500,00	
1.427.009	BOLETO	28/11/2019	Pagamento Boleto Condomínio 010/2019		R\$ 305,70
1.427.010	BOLETO	28/11/2019	Pagamento Boleto Condomínio 09/2019		R\$ 255,88
TRANSPORTAR TOTAIS DO DIA				R\$ 500,00	R\$ 561,58
SALDO ANTERIOR				R\$ 97,91	
SALDO ATUAL					R\$ 36,33
(SOMAS CONFERENCI)				R\$ 597,91	R\$ 597,91
CAIXA				VISTO	
TOTAL	R\$	-			



CAIXA COBRANÇA BANCÁRIA CAIXA						Reclamações e Sugestões	
						DISQUE CAIXA	0800 728 0101
						OUVIDORIA	0800 725 7474
						www.caixa.gov.br	
Beneficiário ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS E LOCATARIO				CPF/CNPJ 20.278.765/0001-03	Agência/Código do Cedente 3314/0501388		
Endereço do Beneficiário 103 S AV LO 1 N,47,-PL DIR SULPALMAS				UF TO	CEP 77015-028		
Data do Documento 31/10/2019	Nº do Documento 08	Espécie DM	Carteira RG	Data do Processamento 28/11/2019	Nosso Número 1420190000000123-0		
Pagador JACQUES SILVA DE SOUSA				CPF/CNPJ 070.879.421-15			
Endereço do Pagador QUADRA 103 SUL, AV. LO 01,47,ED. ORAL PREVI-PLANO DIRETOR SULPALMAS				UF TO	CEP 77015-028		
Pagador/Avalista				CPF/CNPJ			
TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE: NAO RECEBER APOS 60 DIAS DE ATRASO JUROS : 1,00% AO MES (DIAS CORRIDOS) A PARTIR DE: 05/11/2019 MULTA : 5,94 REAIS A PARTIR DE 06/11/2019							
VALIDO PARA PAGAMENTO ATÉ 28/11/2019, RECEBER SOMENTE POR R\$ 305,70							
Moeda	Quantidade	Valor	Vencimento 01/11/2019	Valor do Documento R\$ 297,39	Autenticação Mecânica - Recibo do Sacado		
CAIXA		104-0	10495.01388 87201.190045 00000.012302 1 80870000030570				
Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTERICAS ATÉ O VALOR LIMITE						Vencimento 01/11/2019	
Beneficiário ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS E LOCATARIO				CPF/CNPJ 20.278.765/0001-03	Agência/Código do Cedente 3314/0501388		
Data do Documento 31/10/2019	Nº do Documento 08	Espécie DM	Acébe SIM	Data de Processamento 28/11/2019	Nosso Número 1420190000000123-0		
Uso do Banco	Carteira RG	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(-) Valor do Documento R\$ 297,39		
TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE NAO RECEBER APOS 60 DIAS DE ATRASO JUROS : 1,00% AO MES (DIAS CORRIDOS) A PARTIR DE: 05/11/2019 MULTA : 5,94 REAIS A PARTIR DE 06/11/2019						(-) Desconto	
						(-) Outras Deduções/Abatimento	
						(+) Mora/Multa/Juros R\$ 8,31	
						(+) Outros Acréscimos	
						(-) Valor Cobrado R\$ 305,70	
NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO/CIDADE/UF/CEP: JACQUES SILVA DE SOUSA QUADRA 103 SUL, AV. LO 01,47,ED. ORAL PREVI-PLANO DIRETOR SULPALMAS SACADOR/AVALISTA:						070.879.421-15 TO 77015-028	

Ficha de Compensação
Autenticação no verso





CAIXA COBRANÇA BANCÁRIA CAIXA					Reclamações e Sugestões	
					DISQUE CAIXA	0800 726 0101
					OUVIDORIA	0800 725 7474
					www.caixa.gov.br	
Beneficiário				CPF/CNPJ	Agência/Código do Cedente	
ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E LOCATÁRIO				20.278.765/0001-03	3314/0501388	
Endereço do Beneficiário 103 S AV LO 1 N,47, PL DIR SULPALMAS				UF	CEP	
				TO	77015-028	
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie	Carteira	Data do Processamento	Nosso Número	
02/10/2019	08	DM	RG	28/11/2019	14201900000000110-9	
Pagador				CPF/CNPJ	F	
JACQUES SILVA DE SOUSA				070.879.421-15		
Endereço do Pagador				UF	CEP	
QUADRA 103 SUL, AV. LO 01,47,ED. ORAL PREVI-PLANO DIRETOR SULPALMAS				TO	77015-028	
Pagador/Avalista				CPF/CNPJ		
TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE: NAO RECEBER APOS 60 DIAS DE ATRASO JUROS : 1,00% AO MES (DIAS CORRIDOS) A PARTIR DE: 04/10/2019 MULTA : 4,92 REAIS A PARTIR DE 08/10/2019						
VALIDO PARA PAGAMENTO ATÉ 28/11/2019, RECEBER SOMENTE POR R\$ 255,88						
Moeda	Quantidade	Valor	Vencimento	Valor do Documento	Autenticação Mecânica - Recibo do Sacado	
			03/10/2019	R\$ 246,37		

CAIXA

104-0

10495.01388 87201.190045 00000.011098 1 80870000025588

Local de Pagamento					Vencimento
PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTERICAS ATÉ O VALOR LIMITE					03/10/2019
Beneficiário				CPF/CNPJ	Agência/Código do Cedente
ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E LOCATÁRIO				20.278.765/0001-03	3314/0501388
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie	Carteira	Data de Processamento	Nosso Número
02/10/2019	08	DM	RG	28/11/2019	14201900000000110-9
Uso do Banco	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(-) Valor do Documento
	RG	R\$			R\$ 246,37
TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE: NAO RECEBER APOS 60 DIAS DE ATRASO JUROS : 1,00% AO MES (DIAS CORRIDOS) A PARTIR DE: 04/10/2019 MULTA : 4,92 REAIS A PARTIR DE 08/10/2019					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimento
					(+) Mora/Multa/Juros
					R\$ 9,51
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
					R\$ 255,88
NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO/CIDADE/UF/CEP:					
JACQUES SILVA DE SOUSA					070.879.421-15
QUADRA 103 SUL, AV. LO 01,47,ED. ORAL PREVI-PLANO DIRETOR SULPALMAS					TO 77015-028
SACADOR/AVALISTA:					

Ficha de Compensação
Autenticação no verso



Relatório Movimento de Caixa Dezembro/2019

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

MOVIMENTO DE CAIXA - BANCO
DEZEMBRO/2019



20/01/2020

CONTA: 101.334-3 / OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO

SICOOB			
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL			
SISBR - SISTEMA DE INFORMÁTICA DO SICOOB			
20/01/2020	EXTRATO CONTA CORRENTE		09:44:52
COOP.: 3263-B / SICOOB CREDIPAR			
CONTA: 101.334-3 / OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO			
DATA	DOCUMENTO	HISTÓRICO	VALOR
28/11/2019		SALDO ANTERIOR	36,33C
28/11/2019		SALDO BLOQUEADO ANTERIOR	0,00*
02/12/2019	200021	CRED.DOC	500,00C
		REM.: SENAI ORCAMENTARIA	
		SALDO DO DIA ----- >	536,33C
06/12/2019	1442066	DÉB.CONV.SANEAMENTO	250,30D
		Água agosto	
06/12/2019	1442067	DÉB.CONV.SANEAMENTO	250,07D
		Água - setembro	
		SALDO DO DIA ----- >	75,96C
09/12/2019	800025	CRED.DOC	500,00C
		REM.: SENAI ORCAMENTARIA	
		SALDO DO DIA ----- >	575,96C
13/12/2019	1453060	DÉB.CONV.SANEAMENTO	490,40D
		Água - outubro e novembro	
		SALDO DO DIA ----- >	85,54C
RESUMO			
SALDO EM CONTA CORRENTE (+):			85,54C
SALDO EM CONTA INVESTIMENTO (+):			0,00C
LIMITE CONTA GARANTIDA (+):			0,00C
SALDO DISPONÍVEL (=):			85,54C
SALDO BLOQUEADO EM CONTA CORRENTE:			0,00*
SALDO BLOQUEADO EM CONTA INVESTIMENTO:			0,00*
VENCIMENTO CONTA GARANTIDA:			
TAXA CONTA GARANTIDA (a.m.):			4,90%
SALDO DE APLICAÇÕES EM 31/12/2019			
RDC - Longo CDI			50,28C
000 EXTRATOS EMITIDOS ATÉ 16/01/2020			
ASSOCIADO SICOOB CREDIPAR E UM ACOMPANHANTE PAGAM MEIA ENTRADA NOS CINEMAS DA REDE LIMIERE EM GOIÁS E TOCANTINS. MAIS INFORMAÇÕES EM: WWW.SICOOBCREDIPAR.COM.BR			
OUVIDORIA SICOOB: 08007250994			



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS
ANO 2019

MOVIMENTO DO CAIXA				PERÍODO: 01/12 à 31/12/2019	
INSTITUIÇÃO: OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS					
DOC Nº	TIPO DOC	DATA EMISSÃO	HISTÓRICO	ENTRADAS	SAÍDAS
200021	DOC	02/12/2019	Repassse SENAI	R\$ 500,00	
1.442.066	Fatura	06/12/2019	Pagamento fatura de água referente a Agosto/2019		R\$ 230,30
1.442.067	Fatura	06/12/2019	Pagamento fatura de água referente a Setembro/2019		R\$ 230,07
800.025	DOC	09/12/2019	Repassse SENAI	R\$ 500,00	
1.453.060	Fatura	06/12/2019	Pagamento fatura de água referente a Outubro e Novembro/2019		R\$ 490,42
DETALHES DO SALDO			TRANSPORTAR TOTAIS DO DIA		
DINHEIRO			SALDO ANTERIOR	R\$ 1.000,00	R\$ 950,79
CHEQUES				R\$ 36,33	
BANCO			SALDO ATUAL		R\$ 85,54
TOTAL	R\$	-	(SOMAS CONFERENCIA	R\$ 1.036,33	R\$ 1.036,33
			CAIXA	VISTO	



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS
312 Sul, Av. LO 05 - CEP 77.021-200 - Palmas - TO
CNPJ: 25.089.509/0001-83 I.E. 29.031.448-8
www.brkambiental.com.br/tocantins

NOTIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

CDC - CÓDIGO DO CLIENTE 1134183-2	REFERÊNCIA *****	DATA VENCIMENTO	VALOR A PAGAR - R\$ 230,30
NOME GRAL PREVI - LTDA			
ENDEREÇO S03 S 1 AV.LO 03 LT 47 N. 0 - 2 AND 5L 08 S03 SUL 1 RES.GRAL PREVI, PALMAS - CEP 77015-828			
TIPO DE FATURAMENTO ÁGUA/ESGOTO	CATEGORIAS / ECONOMIAS CON 1	TIPO DE CONSUMO FATURADO PILHADO	
PERÍMETRO 47 343864	IDENTIFICAÇÃO 90.0000.125.000.0060.00	CÓDIGO DA FATURA 11609907	

DÉBITOS PENDENTES

Se este débito não for quitado, seu fornecimento de água será suspenso. Mesmo que já tenha quitado o débito, ligue para 08006440195 e informe a data do pagamento. Este aviso não inclui débitos anteriores, caso existam deverão ser quitados sob pena de suspensão da água.

REFERÊNCIA 08/19	DATA VENCIDO 19/08/2019	VALOR R\$ 230,30
---------------------	----------------------------	---------------------



VALOR TOTAL 230,30

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA - DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS NO VERSO (ATENDIMENTO AO DECRETO 5.462/2008)

PARÂMETRO	Nº AMPLAS REALIZADAS	AMOSTRAS QUE ATENDEM À REGULACÃO	TURBIDEZ - MÉDIA DIÁRIA (NTU)
TURBIDEZ			
CLORO RESIDUAL LIVRE			TURBIDEZ - VALOR MÍNIMO PRECISADO (NTU)
GOLFOFORMES TOTAIS			
CONTAGEM BACTÉRIAS HETEROTRÓFICAS			
pH			CLORO RESIDUAL LIVRE (MÉDIA DIÁRIA) (mg/L)
COR APARENTE			
ESCHERICHIA COLI			
FLUORETO			CLORO RESIDUAL LIVRE (VALOR MÍNIMO ENCONTRADO) (mg/L)

82860000079 303001070111 341880500006 011609907064



11609907



CDC - CÓDIGO DO CLIENTE	1134183-2	VALOR A PAGAR - R\$	230,30
REFERÊNCIA	*****	DATA VENCIMENTO	XXXXXXXXXX

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS
312 Sul, Av. LO 05 - CEP 77.021-209 - Palmas - TO
CNPJ: 25.099.509/0001-83 I.E. 29.031.448-8
www.brkambiental.com.br/tocantins

FATURA MENSAL DE ÁGUA/ ESGOTO/SERVIÇOS

CD - CÓDIGO DO CLIENTE 1134138-2	REFERÊNCIA 09/2019	DATA VENCIMENTO 19/09/2019	VALOR A PAGAR - R\$ 230,07
NOME ORAI PREVI LTDA			
ENDEREÇO 103 S 1 AV. LO 01 LT 47 N. 0 - 2 AND 5L BS 103 SUL 1 RES. ORAI PREVI, PALMAS - CEP 77015-028			
TIPO DE FATURAMENTO ÁGUA/ ESGOTO	CATEGORIAS/ ECONOMIAS COM 1	TIPO DE CONSUMO FATURADO MIXTO	
HEBÔMETRO F17458884	IDENTIFICAÇÃO 93.8000.125.000.0060.00	CÓDIGO DA FATURA 24560811	

HISTÓRICO DO CONSUMO

03/19	04/19	05/19	06/19	07/19	08/19	MÉDIA
0	0	0	0	0	0	0

DATA EMISSÃO	11/09/2019	COND. LEIT:	
DATA LEITURA ANTERIOR	10/08/2019	LEITURA ANTERIOR	1
DATA LEITURA ATUAL	11/09/2019	LEITURA ATUAL	1
PREV. PRÓX. LEITURA	11/10/2019	CONSUMO RESIDUAL	0
DIAS DE CONSUMO	32	CONSUMO MEDIDO	0
MÉDIA	0,03	CONSUMO FATURADO	10
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
FORNECIMENTO ÁGUA	115,54	COLETA ESGOTO	92,46
CON T CONSUM	17,34	MULTA-R. 08/2019	4,60
C. H. TARIÁRIA-R. 07/2019	0,09		

VALOR TOTAL 230,07

VAL APROX DOS TRIBUTOS R\$20,85 (9,25%) CONFORME LEI 12.741/12

ESCR. ATENDIMENTO: RESOLVE PALMAS 104 SUL 01 AV. JK

*** ATENÇÃO: AVISO DE DEBITO ANEXO A ESTA CONTA 08/19 ***

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA - DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS NO VERSO (ATENDIMENTO AO DECRETO 5.482/2005)

PARÂMETROS	Nº ANÁLISES REALIZADAS	AMOSTRAS QUE ATENDEM A LEGISLAÇÃO	TENDÊNCIA MÉDIA MENSAL (PFA)
TURBIDEZ	163	163	0,97
CLORO RESIDUAL LIVRE	163	163	TENDÊNCIA - VALOR MÁXIMO ENQUANTADO (M)
COLIFORMES TOTAIS	163	163	
CONTAGEM BACTÉRIAS HETEROTÓFICAS	32	32	0,0
pH	0	0	CLORO RESIDUAL LIVRE MÉDIA MENSAL (mg/L)
COR APARENTE	55	53	
ISCHERICHIA COLI	163	163	0,90
FLUORETO	0	0	CLORO RESIDUAL LIVRE (VALOR DE MÍNIMO RECOMENDADO - mg/L)
	0	0	

828300000023 300701072015 909190111349 188201909005



24560811



CD - CÓDIGO DO CLIENTE	1134138-2	VALOR A PAGAR - R\$	230,07
REFERÊNCIA	09/2019	DATA VENCIMENTO	19/09/2019

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS
312 Sul, Av. LO 05 - CEP 77.021-200 - Palmas - TO
CNPJ: 25.089.509/0001-83 I.E. 29.031.448-8
www.brkambiental.com.br/tocantins

FATURA MENSAL DE ÁGUA/ ESGOTO/SERVIÇOS

CDC - CÓDIGO DO CLIENTE 134188-2	REFERÊNCIA 10/2019	DATA VENCIMENTO 19/10/2019	VALOR A PAGAR - R\$ 229,98
NOME ORAL PREVI LTDA			
ENDEREÇO 03 S 1 AV. LO 01 LT 47 N. 0 - 2 AND 5L 08 03 SUL 1 RES. ORAL PREVI, PALMAS - CEP 77015-028			
TIPO DE FATURAMENTO GUA/ESGOTO	CATEGORIAS E ECONOMIAS COH 1	TIPO DE CONSUMO FATURADO MÍNIMO	
EDRÔMETRO 175458684	IDENTIFICAÇÃO 98.0000.125.000.0000.00	CÓDIGO DA FATURA 24981952	

HISTÓRICO DO CONSUMO

	04/19	05/19	06/19	07/19	08/19	09/19	MÉDIA
	0	0	0	0	0	0	0
ATA EMISSÃO			11/10/2019	COND. LEIT:			
ATA LEITURA ANTERIOR			11/09/2019	LEITURA ANTERIOR			1
ATA LEITURA ATUAL			11/10/2019	LEITURA ATUAL			1
REV. PRÓX. LEITURA			11/11/2019	CONSUMO RESIDUAL			0
IAS DE CONSUMO			30	CONSUMO MEDIDO			0
EDIA			0	CONSUMO FATURADO			10
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS							
ORNEAMENTO AGUA			115,58	COLETA ESGOTO			92,46
DNS COMUM			17,34	MULTA-R.09/2019			4,60



VALOR TOTAL 229,98

AL APROX DOS TRIBUTOS R\$20,85 (9,25%) CONFORME LEI 12.741/12
SCR. ATENDIMENTO: RESOLVE PALMAS 104 SUL 01 AV. JK
MPANHIA NACIONAL DE COMBATE A SIFILIS E A SIFILIS
INGÊNITA (#SIFILISNÃO) | TESTE/TRATE/CURE

** ATENÇÃO: AVISO DE DEBITO ANEXO A ESTA CONTA 09/19 ***

VALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA - DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS NO VERSO (ATENDIMENTO AO DECRETO 6.448/2008)

PARÂMETRO	Nº ANÁLISES REALIZADAS	AMOSTRAS QUE ATENDEM A LEGISLAÇÃO	TENDÊNCIA - MÉDIA MENSAL (0% a 100%)
URRIDEZ	164	164	0,74
CLORO RESIDUAL LIVRE	164	164	TENDÊNCIA VALOR MÁXIMO ENCONTRADO (0%)
OLIFORMES TOTAIS	164	164	
CONTAGEM BACTÉRIAS HETEROTRÓFICAS	32	32	4,5
H	0	0	CLORO RESIDUAL LIVRE MENSAL (mg/L)
DR APARENTE	58	57	
PCRICHIA COLI	164	164	0,13
CLOROFÓRMIO	0	0	CLORO RESIDUAL LIVRE MENSAL ENCONTRADO (mg/L)
	0	0	0,95

828300000021 299801072010 930190111342 188201910063



24981952



CDC - CÓDIGO DO CLIENTE	134188-2	VALOR A PAGAR - R\$	229,98
REFERÊNCIA	10/2019	DATA VENCIMENTO	19/10/2019

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO



ANEXO II

Documentos de Regularidade Fiscal

Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas... <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis/?paginacao=Simples...>

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 22908183000193

LIMPAR

Data da consulta: 10/12/2019 09:26:30

Data da última atualização: 10/12/2019 04:45:11

DETALHAR	CPF/CNPJ DO SANÇIONADO	NOME DO SANÇIONADO	UF DO SANÇIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANÇIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 22.508.183/0001-93
Certidão n°: 191526406/2019
Expedição: 10/12/2019, às 08:31:37
Validade: 06/06/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **22.508.183/0001-93**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:
2641772

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL

CNPJ 22.508.183/0001-93

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO -

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Terça-feira, 10 de Dezembro de 2019 - 08h 33m 02s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou inscrição Estadual.

Esta Certidão foi emitida no site da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins <http://www.to.gov.br/sefaz>



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS
CONTRIBUINTE**

CPF/CNPJ: **22.508.183/0001-93**

Contribuinte: **OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO** Inscrição: **2395457**

Endereço oficial: **ACNE 11, RUA NE 11, CJ.04, LOTE 22, 1º PISO ANEXO I DA FECOMERCIO, PALMAS-TO**

Endereço de correspondência: **104 N - II, RUA NE 11, SINº, 1º PISO ANEXO I DA FECOMERCIO, PALMAS-TO**

Finalidade: **Convênio**

É certificado que, nesta data, não constam débitos pendentes em nome da pessoa jurídica acima identificada, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa **jurídica** no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Palmas.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Base legal: art. 138 da Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013, c/c art. 205 do Código Tributário Nacional.

A aceitação da presente Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <http://cnd.palmas.to.gov.br/validar-documento/>, ou em qualquer Agência de Rendas da Secretaria de Finanças, através do número identificador e do código de validação logo abaixo:

Numero identificador: **22.508.183/0001-93**
Código de validação: **47d4a.513d2.fb71a-525533**

Palmas, 10 de Dezembro de 2019 às 08:32.

Certidão válida até 8 de Fevereiro de 2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO
CNPJ: 22.508.183/0001-93

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:30:19 do dia 25/10/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/04/2020.

Código de controle da certidão: **0056.4C72.664E.569F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.508.183/0001-93 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 12/05/2015			
NOME EMPRESARIAL OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) OSPALMAS - TO			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-8 - Associação Privada			
LOGRADOURO Q 104 NORTE RUA NE 11		NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 22 ES C NS 2 SL 2 ANEXO 1 FECOMERCIO PISO 1
CEP 77.006-030	BARRIO/DISTRITO PLANO DIRETOR NORTE	MUNICÍPIO PALMAS	UF TO
ENDEREÇO ELETRÔNICO OBSERVATORIOSOCIALPALMAS@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 3014-5763	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/05/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/12/2019 às 08:31:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 22.508.183/0001-83
NOME EMPRESARIAL: OBSERVATORIO SOCIAL DE PALMAS - TO
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CLAUDIA REGINA DE SOUSA E SILVA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 10/12/2019 às 08:31 (data e hora de Brasília).

INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS



SOCIEDADE